

História, Centrais sindicais, FGTS, Reivindicações

Segundo o Ministério do Trabalho, o Brasil tem aproximadamente 10,5 mil sindicatos de trabalhadores. As reivindicações trabalhistas avançam rumo ao diálogo, principalmente com empresas particulares - as negociações entre empregados e governo mostram-se mais difíceis que com a iniciativa privada. Após a aprovação do Orçamento de 2002, que não prevê gastos com aumentos na remuneração dos funcionários, os servidores federais entram em greve por reajustes de salário, que não ocorrem há seis anos. Os professores das universidades federais também param para pressionar o Ministério da Educação, que endurece com os grevistas e não deposita os salários a partir de setembro.

História – A estruturação dos sindicatos no Brasil tem origem no início do século XX. Em 1917, São Paulo é palco da primeira grande greve no país, quando os trabalhadores reivindicam melhores condições de trabalho e contestam a violência das autoridades. O estopim da paralisação é a morte pela polícia do operário Antonio Martinez. Diferentemente da atual Constituição, em 1930 os sindicatos estavam associados ao Poder Executivo, segundo a lei trabalhista imposta por Getúlio Vargas. Nessa época são instituídos a jornada de trabalho de oito horas diárias e o salário mínimo. Em 1939 é constituída a Justiça do Trabalho e, em 1943, é decretada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que cria uma legislação corporativista. Os sindicatos são sustentados pela contribuição sindical (ou imposto sindical), cobrada por meio do desconto anual de um dia de trabalho de cada empregado. Anos depois, a ditadura militar intervém em diversos sindicatos, cassando ou prendendo seus dirigentes. Ainda antes da redemocratização, o movimento renasce, com o nome de "novo sindicalismo", representado principalmente pelos metalúrgicos na região do ABC paulista.

Centrais sindicais – A estrutura da organização sindical brasileira começa pelos sindicatos, que se reúnem em federações, confederações e, por fim, se concentram nas centrais sindicais. Essas são responsáveis por elaborar as diretrizes nacionais do movimento de trabalhadores - as duas principais são a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical. Fundada em 1983, a CUT surgiu com as greves do ABC. Seus principais líderes em todos estes anos são Jair Meneguelli e Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho. Atualmente ela é presidida pelo professor João Antonio Felício e conta com 3,1 mil sindicatos filiados, os quais representam algo em torno de 22 milhões de trabalhadores. A Força Sindical surge em 1991 e possui cerca de 960 entidades filiadas, representando 6,5 milhões de trabalhadores. Entre os principais líderes da história da central estão Luiz Antonio de Medeiros e Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, atual presidente. Na opinião do secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, em 2001 as centrais garantiram, pela primeira vez na história do movimento sindical brasileiro, o papel de interlocutoras com o governo. Passou por elas principalmente a decisão em torno do pagamento das perdas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), provocadas pelos planos econômicos Verão e Collor I, em janeiro de 1989 e em abril de 1990. Para Gonçalves, essa foi a única grande vitória dos trabalhadores representados pelas centrais neste ano.

FGTS – Pelo acordo, aprovado em junho pelo Senado, o desembolso com a recuperação do FGTS soma 40 bilhões de reais. A correção do dinheiro a receber foi calculada em 68,9%. O primeiro pagamento, para quem tem a receber até mil reais, será feito em junho de 2002. No mês seguinte, recebem apenas mil reais os trabalhadores que têm até 2 mil a receber. Esses não sofrerão deságio, previsto no acordo, o que abrange todos os demais credores. Os pagamentos são escalonados até junho de 2006.

Pelo acordo entre centrais e governo, o ônus de 40 bilhões de reais é dividido entre todos, da seguinte forma: 4,5 bilhões vêm do deságio dos trabalhadores; 6 bilhões cabem a Tesouro; o próprio FGTS assume 13,7 bilhões de reais. Para a composição futura do fundo a ser direcionado aos trabalhadores, os empresários terão de arrecadar 8,5% - e não mais 8% - de FGTS de seus empregados nos próximos cinco anos. Isso soma 7,3 bilhões de reais. E, em caso de demissão sem justa causa, a multa a ser paga será de 50%, em vez dos 40% pagos até então, totalizando uma arrecadação de aproximadamente 8,5 bilhões de reais em cinco anos.

Reivindicações – As centrais sindicais atuaram, durante 2001, de forma mais preventiva, nos momentos em que se vislumbrava o risco de recessão no país. Foi o que aconteceu no caso do racionamento de energia, quando líderes sindicais se reuniram com os representantes patronais para tentar driblar os efeitos da redução no ritmo industrial sobre os índices de emprego. A segunda principal reivindicação do movimento no ano, depois apenas do acordo do FGTS, ainda não foi atendida. Para João Carlos Gonçalves, da Força Sindical, a redução na jornada de trabalho de 44 horas semanais para 40 semanais é uma pendência a ser resolvida em 2002. As centrais argumentam que a carga de trabalho no Brasil é maior que em muitos outros países, o que impossibilita a qualificação profissional. Ao mesmo tempo, a redução da jornada abriria novos postos de trabalho.